

Pornografia no fim do século: os romances de Alfredo Gallis

Maria Helena Santana

Abstract. This study examines the marginalized space of this subliterary genre and contextualizes Gallis' fin-de-siècle writing in view of the hyper-moral indicatives of the bourgeois milieu, placing it in relation to the controversial relationship of European Realism to contemporary moral norms. Maria Helena Santana reviews the topics of Gallis' work, such as homosexuality, virginity, adultery, prostitution, eroticism through the ages, hyper-sexualized women, promiscuity and decadence. She concludes that the popularity of these works, which were intensely read for over three decades, was due not to the author's literary talent but to the lack of competition, and constituted at that time a new commercial literary genre.

Se o sexo é reprimido [...], o simples facto de se falar dele, e de falar da sua repressão, tem como que um aspecto de transgressão deliberada. [...] Os primeiros demógrafos e os psiquiatras do século XIX, quando tinham que o evocar, achavam que deviam pedir desculpa por reterem a atenção dos seus leitores em assuntos tão baixos e tão fúteis. Nós, de há dezenas de anos para cá, não falamos dele sem assumirmos uma certa afectação: consciência de desafirmos a ordem estabelecida, tom de voz que mostra que nos sabemos subversivos [...]. (Foucault 12)

1. Não há pior inimigo, nem mais refractário à ordem social dita “civilizada” do que o desejo sexual. Todas as culturas têm necessidade de estabelecer

códigos de conduta sexual, o que inclui estabelecer os limites da expressão legítima do desejo. O que está para além desses limites deve ser subjugado ou reprimido, ou ainda apresentado sob diferentes formas de sublimação. O Amor é a principal forma de sublimação cultural que a civilização desenvolveu; a que lhe convém e a que se pode exprimir sem pudor. Mas não recobre totalmente a matéria negra do desejo, que sempre teve que encontrar na esfera pública um espaço condescendente de manifestação. A pornografia representa precisamente o centro desse espaço marginal, bem delimitado por um cordão sanitário; é a concessão que a Cultura faz ao corpo, para poder continuar a existir contemplando de longe essa parte anárquica e primitiva do seu ser.

O século XIX, que celebrou o triunfo da cultura burguesa, foi talvez a este respeito dos mais contraditórios, o que em parte decorre do alto conceito de civilização em que se revia. Ao eleger a respeitabilidade, o ascetismo, como valor e marca de classe, a burguesia reforçou o seu poder, mas ao mesmo tempo criou em torno dela um padrão de exigência difícil de sustentar, uma auto-imagem amputada em que jamais se pôde rever inteira. A geração nascida por volta dos anos 50 viveu este constrangimento com particular acuidade. Nunca como então a doxa cultural, ou, em linguagem freudiana, o superego cultural se impôs tão fortemente aos escritores. Na sua maioria são burgueses ordeiros, e dificilmente se concebe um escritor sério que seja ao mesmo tempo um libertino, como em épocas anteriores. Educada para os altos valores da sua moral, esta geração viu-se privada da liberdade romântica que lhe permitia olhar-se directamente no espelho. Por isso procurou ver nos outros—a aristocracia decadente, as classes populares, o clero, os artistas—aquilo que a si mesma proibia; e ao fazê-lo revelou, na percepção catastrófica ou hiper-sexualizada que deles faz, os seus íntimos receios e fantasias, a desconfortável consciência de si mesma.

A cisão entre o que deve ser público e o que deve ser privado deixou marcas profundas em toda a literatura do fim de século, mas em particular na poderosa corrente realista. Não por acaso, foi também a que mais se debateu e enredou com o problema ético e estético da sexualidade, porque se sentiu obrigada a falar dele.

Importa contextualizar a questão. Vivia-se então em plena euforia positivista, dominada pelo mito do progresso social, na estreita aliança da Sociologia e da racionalidade científica. Para esta corrente de pensamento—agora afastada do catolicismo—, a família continua a ser a base da ordem social, o berço e a escola duma nova geração laica e progressista. Educá-la para

uma nobre missão cívica constitui um objectivo primordial, uma espécie de cruzada iluminista, exigente e puritana. Por isso mesmo o erotismo nem sequer tem lugar explícito na sua doutrinação moralista, já que se trata de matéria íntima, embaraçosa, entendida como uma espécie de tributo a pagar à fraca natureza humana:

O amor é [...] no dizer de Maudsley, uma das paixões mais brutais de que pode padecer a humanidade. O amor sem a preocupação da família e do aperfeiçoamento da espécie [...] é um puro instinto erótico e perturbador, incompatível com o grau de civilização consciente, a que chegou a humanidade nesta hora do seu desenvolvimento progressivo. (Conceição 171-72)

De acordo com os códigos positivistas, o erotismo deve subsumir-se ao amor conjugal, ou seja, deve realizar-se no casamento e com vista ao aperfeiçoamento da instituição familiar. E se o sexo livre é abertamente condenado, o celibato também não é bem visto, porque contraria o desígnio natural da comunidade. O ideal seria não ter que entrar em linha de conta com este elemento perturbador mas, dado que existe, importa remetê-lo à domesticidade, limitar-lhe os estragos e prevenir-lhe os perigos mais evidentes. Não se trata já da sublimação cristã (que enfrenta o mesmo tipo de problema), mas de uma disciplina dos instintos, feita em nome da educação colectiva, do bem estar individual e da higiene social: uma *sciencia sexualis*, como lhe chama Foucault.

Não esqueçamos porém que tanto a Medicina como a Antropologia da época tinham já produzido um sério esforço no sentido de naturalizar e desculpar a sexualidade humana, caminho esse que não podia ser ignorado pelos positivistas. Muitos deles mostravam-se mesmo bastante liberais nesta matéria, dando crédito às ideias darwinistas da selecção natural. Por seu lado, os alienistas, em particular os que se ocupavam de patologia sexual, defendiam abertamente a prática da sexualidade como terapia de largo espectro, física e mental. Pensavam, em particular, nas afecções da alma moderna, muito civilizada e pouco natural, que conduzia os jovens artistas e intelectuais à melancolia e nas raparigas reprimidas, educadas em colégios católicos, que encontravam um derivativo erótico no culto da idolatria religiosa, antepassada da actual anorexia. Outros, os higienistas, v.g., defendem uma perspectiva mais austera, em particular no que respeita às classes inferiores. Era consensual a ideia de que a falta de interesses culturais e de

projectos de vida decente encorajavam a prática abusiva, inconsciente e quase animalésca da sexualidade.

Estas contradições não deixarão de manifestar-se nos textos romanescos. Segundo Peter Gay, que estudou a fundo esta problemática, uma tensão de ordem ideológica explica o labirinto moral da burguesia do final de Oitocentos, dividida entre uma ética de matriz conservadora e as modernas teorias biológicas e psicológicas, que lhe ensinavam verdades incompatíveis com essa ética; o autor fala concretamente de uma enorme desproporção entre os perigos atribuídos ao instinto e as severas exigências de autodisciplina que a sociedade a si mesma impôs (342).

A grande preocupação dos divulgadores portugueses—como Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Alexandre da Conceição, ou mesmo os menos submissos à ortodoxia positivista, como Eça de Queirós e Oliveira Martins—consistirá em remeter esta matéria, tanto quanto possível, para o foro da intimidade conjugal, advogando mesmo aí um ideal de castidade familiar, longe dos arroubos do amor e da chama incómoda do desejo.

Todos conhecemos os ascéticos textos d'*As farpas* que verberam os vícios da sociedade lisboeta, quer no que concerne à educação feminina, quer às perversões da sociabilidade mundana—ambas consideradas práticas estimulantes do desejo amoroso e do adultério. Eça de Queirós, na altura muito influenciado pelo misógino Proudhon, prescreve o casamento como refrigério da imaginação, tendo em vista não as delícias do amor conjugal mas uma “associação de trabalho” que descentre os esposos de si mesmos (*Uma campanha alegre* 400). O que o escritor tem em vista é a cultura do amor e do adultério, que considera alienante e romântica. Fora do resguardo conjugal, o desejo e o amor físico constituem uma inconveniência moral e um perigo social, a reclamar a doutrina do pedagogo ou, como gostava de dizer, “a bengalada do homem de bem.”

2. Chegamos assim à mais controversa das questões que envolveram a recepção do Realismo europeu: a da sua relação com a moral. Esta corrente estética apresentou-se, desde a primeira hora, como arte comprometida com a moralização social, e jamais se desviará deste postulado. Todavia, a Crítica considerou-a globalmente imoral, obcecada com o sexo—e com alguma razão. Como sabemos, os primeiros romances de Eça de Queirós mereceram esse tipo de censuras, vindas do seu círculo mais próximo e dos seus pares mais avisados, como Teófilo e Machado de Assis; mesmo nos sectores

positivistas, que à partida lhe seriam favoráveis, como a *Revista de estudos livres*, o autor d' *O Primo Basílio* ficou conhecido como o escritor “da sensação nova,” graças a uma famosa cena do seu romance (*O Primo Basílio* 230).

Os leitores não estavam todos equivocados, como se quis fazer crer. Com efeito, não era forçoso representar mimeticamente as cenas de sedução, recorrendo ao *showing*, para demonstrar que o amor erótico é um caminho de perdição. Bastava dizê-lo. Só que o impacto do romance não seria o mesmo. Apesar dos repetidos protestos, Eça não ignorava que o erotismo constituía um gerador poderosíssimo do interesse narrativo. E que talvez fosse essa a razão perversa do seu sucesso. Os seus seguidores souberam entender o processo e os respectivos argumentos. Sob a capa do estudo social (“étude de mœurs”), a intenção moral e científica das obras ficava devidamente salvaguardada. Os leitores podiam assim receber lições de moral positiva, escandalizar-se com os males do mundo, e ao mesmo tempo satisfazer a sua curiosidade relativamente à vida privada dos seus contemporâneos—algo que nunca lhes fora dado em ficção.

Não devemos subestimar esta importante função da literatura realista do século XIX: conhecer o *outro*, na sua mais íntima verdade—os seus desejos, os seus sonhos e fantasias, os seus vícios secretos e fragilidades—constitui uma curiosidade legítima, que na época só a leitura podia proporcionar em toda a sua dimensão. Esta experiência de alteridade permite ao leitor confrontar-se com o comportamento dos outros, recolher modelos, questionar ou reafirmar os seus valores. Será decerto redundante mencionar as virtualidades eróticas que a nova literatura proporciona, através da alargada *durée* narrativa.

Valeria a pena determo-nos um pouco sobre o *outro* que estes romances configuram, enquanto sujeito ou objecto de desejo. De um modo geral, encontramos modelos muito repetitivos: a aristocracia é por norma uma classe completamente devassa ou, no mínimo, libertina, consoante se pretende representá-la como decadente ou apenas distante dos padrões de sociabilidade burguesa. Quanto às classes baixas, já atrás mencionei a ideia muito difundida da promiscuidade. Esse estigma, característico do proletariado das grandes cidades, atribuíra-se às condições miseráveis dos bairros populares e também aos perigos que ameaçavam as mulheres no meio operário, expondo-as ao assédio masculino. As raparigas do campo estariam mais imunes a estes riscos, argumento aliás muito utilizado para combater a proletarização das mulheres e o êxodo das zonas rurais. As classes médias—as mais representadas—são

também mais variáveis: os predadores encontram-se sobretudo em grupos específicos, como os padres, os ociosos ou os boémios do submundo urbano; o burguês típico, preocupado em ascender socialmente, é por norma enganado pela mulher. Esta sim, constitui o perigo declarado duma classe que se quer virtuosa: pode ser simplesmente insatisfeita, uma *Bovary*, vítima do imaginário romântico ou de um janota sem escrúpulos, mas não é raro que sofra de ninfomania.

Se o adultério e o abuso sexual constituíram o prato-forte dos primeiros romances realistas, os que se designam de naturalistas redobram a fórmula, dedicando-se aos desvios e taras sexuais. Refiro-me a autores hoje esquecidos, como Fialho d'Almeida, Abel Botelho, Júlio Lourenço Pinto, ou José Augusto Vieira. Há um pouco de tudo, nestes romances: satiríase, ninfomania, pederastia, necrofilia... Óscar Lopes fala de “uma viva atracção por certas novas espécies de maravilhoso, o maravilhoso demoníaco da sordidez, do vício e da alucinação delirante que o moralismo, a sentimentalidade e o bom-senso pequeno-burgueses coonestam e permitem passar em contrabando” (165). A palavra “contrabando” tem plena justificação neste contexto: com efeito, a visita aos lugares proibidos do “vício” conduz-nos a episódios de puro voyeurismo erótico. Não fora o habitual entrecho trágico, controlado pelo discurso censório do narrador, e alguns destes romances licenciosos passariam facilmente por pornográficos.

3. Alfredo Gallis (1859-1910) foi o único naturalista que ousou transpor essa fronteira. O passo não é pequeno, pois implica reconhecer a descida da instituição literária ao meró epifenómeno sociológico. Por isso mesmo permaneceu praticamente desconhecido da Crítica e ainda hoje é mais fácil encontrá-lo nos alfarrabistas do que nas bibliotecas. No entanto, os romances deste autor, publicados no virar de século, foram intensamente lidos e reeditados. A sua popularidade não se explica pela qualidade literária—que não tem—mas decerto pela falta de concorrência, dado que apenas a novela francesa alimentava o mercado da literatura erótica, na época. Digo “erótica” porque dificilmente hoje se catalogaria como pornográfica, muito embora responda a uma fenomenologia equivalente.

Gallis foi um novelista prolífico. Publicou mais de três dezenas de títulos, distribuídos numa escala descendente que abrange desde obras de índole mais ou menos respeitável, até às mais desqualificadas. Entre as primeiras poderíamos incluir a série *Tuberculose social*, em 12 volumes, de temática

naturalista, ou ainda alguns romances de costumes (*O Chiado, A Baixa*). A par destes, mas com maior liberdade criativa, surgem os romances de “patologia amorosa,” que irei observar mais de perto. Segue-se um conjunto de livros bastante ousados sobre o erotismo através dos tempos (*A devassidão de Pompeia, A luxúria judaica, As doze mulheres de Adão, A amante de Jesus*, etc.). E por último alguns títulos avulsos mais picantes, como *Cocottes e conselheiros* e *O que as noivas devem saber*, editados sob pseudónimo.

A série *Tuberculose social* merece poucos comentários. Como o nome indica, trata-se de uma (mais uma) série romanesca dedicada ao que na altura se designava por *chagas sociais*—a saber, o adultério, a prostituição, o alcoolismo, enfim, a dissolução dos costumes nas várias classes sociais. Cada livro é dedicado a um destes problemas, numa perspectiva que se pretende ao mesmo tempo pedagógica e de representação social. Mesmo assim, alguns deles exploram de forma bastante libertina o deboche sexual das classes altas, deixando antever, logo pelo título—*As sáficas, Os chibos*—o verdadeiro atractivo que os motiva. O que distingue estes romances dos seus congéneres respeitáveis é desde logo a desproporção (quase contradição) entre o seu conteúdo e os longos prefácios doutrinários. De resto, pouco mais contêm do que a representação de costumes devassos, conduzindo as personagens ao habitual desfecho catastrófico. O objectivo consiste em mostrar como se comportam na intimidade os burgueses e os aristocratas, suscitando a curiosidade e talvez a inveja dos leitores.

Não há solução de continuidade entre a série *Tuberculose social* e os romances da segunda categoria, que designei por romances do amor patológico. Refiro-me em particular a três livros de títulos sugestivos: *O Senhor Ganymedes, O marido virgem, As mártires da virgindade*. A diferença é apenas de grau, dada a incidência específica dos temas—histórias de insucesso amoroso, por deficiente entendimento da sexualidade.

O Senhor Ganymedes ou *Psicologia de um efebo* aborda o tema da homossexualidade masculina. Conta-se a história de um rapaz indolente, muito mimado pela mãe, que é levado por inércia a desposar uma jovem viúva, merecedora de melhor sorte. O subtítulo é enganador, já que pouca ou nenhuma análise psicológica nos fornece. Todo o interesse narrativo se concentra na mulher enganada e nas causas do fenómeno homoerótico, amplamente explorado pelo seu carácter “degradante,” ou “repugnante,” nas palavras do narrador.

Os outros dois romances, mais originais, são dedicados ao tema da

virgindade. Vêm também precedidos de longos prefácios, que só por si mereciam um estudo sociológico, pelo diálogo crítico que estabelecem com a cultura moral dominante. Defendem uma doutrina sexual *sui generis*, baseada no direito natural ao prazer entre os dois sexos, que não se quer confundida com amor livre, embora também se afirme que “o amor deve ser livre como ar” (*As mártires* 11). O ideal de felicidade seria dois esposos desfrutando do plenamente do amor, em excitante sensualidade.

Ambos os prefácios focam a condição feminina. Segundo Gallis, o respeito pelas convenções sociais priva a mulher da sexualidade se não se casar, o que representa “uma violência e um crime,” condenando-a a disfunções psíquicas e fisiológicas terríveis: “A mulher que morre ignorando o mistério mais belo da natureza, foi um ente inclassificável, que veio cá a este mundo para tormento de si própria” (*As mártires* 10).

O Autor reitera a solidariedade pela situação desfavorecida da mulher e não tem dúvidas em atribuir responsabilidades pelas crueldades cometidas:

Somos nós, os homens, que ditamos as leis sociais [...], esquecidos de que aquela que temos a nosso lado e a quem demos o nosso nome, não veio para nós senão impulsionada pelo desejo de satisfazer aos seus desejos sexuais, e felizes nos podemos considerar quando ela só connosco se contente... (*As mártires* 11)

A desigualdade repercute-se na moral do casamento, que condescende com o adultério masculino e castiga o feminino. Acresce ainda a convenção estúpida existente nos povos latinos que exige a virgindade à noiva quando a reprova no noivo: “A mulher nunca pensa nisto, porque, se pensasse—não se casava,” diz o autor, que considera não haver razão válida para tal discriminação (Gallis, *O marido virgem* 9-11). Não se advoga a pureza dos noivos, o que seria ideal, mas totalmente inviável nas sociedades modernas, pois, por norma, os rapazes chegam ao casamento com um conhecimento já banalizado do sexo.¹ Mas—pergunta ainda—porque não hão-de as mulheres desejar um marido virgem? Mais: se o marido procura excitação noutras mulheres quando perde o interesse sexual, porque não hão-de elas se não “proceder,” pelo menos “pensar” da mesma forma?

Em contraste com este discurso condescendente, da leitura das obras ressalta a impressão de uma imagem hiper-sexualizada da mulher, a que o Realismo já nos habituara. São mulheres ardentes privadas dos seus direitos

as heroínas destas narrativas, cujo entrecho se resume em poucas linhas. *As mártires da virgindade* conta a história infeliz duma rapariga de poucas posses, abandonada pelo namorado. Inconformada, Manuela vive atormentada de desejo e de despeito até que acaba por morrer de tumor uterino. O médico da casa confirma que a doença foi provocada por frustração sexual, um crime hediondo praticado pela Sociedade contra a Natureza. Manuela também não fica isenta de culpas: o narrador critica a sua teimosia em manter-se virgem, contra toda a racionalidade. Lemos: “Uma mulher solteira e pobre à beira dos trinta é assim como que uma parvinha que nem impõe respeito às raparigas nem merece as considerações das velhas” (Gallis, *As mártires* 73). Afinal, todas as amigas, bonitas e feias, se casam sem esse escrúpulo e todas lhe contam histórias de felicidade conjugal que atribuem a um relacionamento sexual gratificante, mesmo quando estão grávidas.

Estamos portanto em presença de um romance de tese que, embora extremada, não colide muito com as normas aceitáveis no naturalismo. A diferença reside na liberdade dos diálogos e de certas descrições, como o orgasmo feminino por imaginação ou por reacção física involuntária. De resto, as páginas mais imorais dizem respeito a uma viúva capitolosa (a rival de Manuela), que inicia uma jovem de 15 anos em perversões ninfomaníacas com um boneco de borracha comprado na farmácia. O passo é de tal modo escandaloso que o Autor se defende com a necessidade de revelar a verdade aos leitores:

Àqueles a quem esta passagem pareça pornográfica responderemos que ela se torna necessária para abrir os olhos aos ingênuos e pôr a claro uma miséria que todos segredam mas que ninguém tem a coragem de revelar como uma das mais espantosas *ficelles* com que a hipocrisia social obriga a mulher a acalmar os impetuosos desejos da carne. (*As mártires* 43)

O marido virgem tem uma intriga mais elaborada. Trata-se de uma menina rica e idealista que desenvolveu a fantasia de casar com um noivo completamente inocente, tal como ela. Assim, seduziu um primo muito jovem e vigiou-o cuidadosamente até ao casamento. Os dois foram felizes, no início, até ao momento em que o marido se cansa de um amor tão intenso e exclusivo—facto perfeitamente compreensível para o narrador—e decide conhecer outras mulheres. Como é pouco saudável, não resiste ao esforço e depois de algumas peripécias morre tuberculoso, para eterno desgosto da

esposa e das amantes. Fica assim ambígua a lição moral do texto, porque ninguém é culpado e todos se amam: teria Francelina o direito de exigir um noivo puro, como se afirma no prefácio? Será acertado contrariar os brandos costumes latinos? Parece que não. A tese que o autor propõe carece de sustentação. Os seus conselhos dirigem-se aliás às esposas fogosas, no sentido de refrearem mais os seus encantos, para não provocarem a saciedade.²

A coerência da intriga é pouco cuidada neste romance, como vimos. Há mesmo hiatos e contradições visíveis. Em contrapartida, o dia-a-dia e as cenas eróticas vêm descritos minuciosamente, em tempo alargado, sublinhando os gestos e diálogos das personagens. Assim sucede com os episódios de voyeurismo, muito pitorescos, bem como os sonhos e os rituais do noivado: o banho da noiva, a noite de núpcias, etc. São elas os pontos altos da acção, e tudo converge para os realçar.

Mutatis mutandis, o mesmo se passa no cinema, como observou Umberto Eco. Segundo este crítico, o tratamento isocrónico do tempo constitui um critério infalível para avaliar se um filme é ou não pornográfico:

[...] Os actos sexuais têm de ser distribuídos ao longo da história. Mas ninguém faz tenção de gastar tempo e dinheiro a imaginar uma história que valha a pena, nem os espectadores estão interessados na história, pois só estão interessados nas cenas com actos sexuais. Por isso a história fica reduzida a uma série de gestos quotidianos insignificantes, como ir a algum lado, beber um uísque, vestir um casaco, falar de ninharias; [...] E, portanto, tudo o que não for sexualmente explícito deverá levar o mesmo tempo que na vida real, ao passo que os actos sexuais devem levar mais tempo do que normalmente levam na vida real. (68)

Diferentemente do que hoje se designa por *hardcore* ou mesmo *soft porn*, não se descreve nestes textos sexo explícito, mas ficamos a saber (ou a fantasiar) inúmeros pormenores da vida íntima das personagens, como as preferências sexuais, os sonhos eróticos, ou as formas modernas de estimular a libido masculina e feminina. Para a época, este tipo de conhecimento posto em livro não é pequena novidade.

Na mesma perspectiva cabe ainda mencionar um curioso manual de auto-ajuda intitulado *O que as noivas devem saber!* Este “livro de filosofia prática” apresenta-se, no “Proémio,” como um “pequenino compêndio de medicina doméstica,” (18) destinado às mulheres jovens que precisam de conhecer os segredos da felicidade conjugal. Mas também se dirige a esposas burguesas na

ca dos 40 anos, idade de todos os perigos, “para que o chilreante passarinho—homem—não lhes fuja pelas grades douradas da gaiola do tédio” (19). Nada falta neste manual, desde os cuidados de higiene à “lingerie,” desde os conselhos morais acerca da vida íntima aos pequenos truques da sedução: como manter acesa a chama do amor, como conciliar a estética e o prazer, como proceder em períodos incômodos, na gravidez, como esconder os defeitos, até onde se pode ir...

Supostamente o livro é escrito por uma senhora madura—o pseudônimo Condessa de Til—o que tem a particularidade de oferecer uma visão camuflada no feminino sobre “a arte de seduzir e agradar ao homem” (*O que as noivas* 18). Esta duplicidade torna-se aparente quando se aborda a arte de iludir o marido ou nos capítulos dedicados às fantasias sexuais: “a autora” descreve sem preconceitos alguns caprichos masculinos com os quais as senhoras honestas não se devem scandalizar. Em registo didáctico, ciência sexual e arte erótica combinam-se na perfeição.

Finalmente, o que mais se aproxima do *hardcore* (para a época) encontra-se no livro satírico *Cocottes e conselheiros*, publicado em 1891 sob o pseudônimo Rabelais. Aí o autor dá mostras de possuir um conhecimento directo do submundo lisboeta no final de século, povoado de prostitutas espanholas e outras profissionais de alta, média e baixa roda, mantidas por toda a categoria de homens que procuram o comércio do sexo. Trata-se de um conjunto de crónicas brejeiras, na maioria relatando episódios cómicos que envolvem as *cocottes*—mulheres que se esforçam *tant bien que mal* por manter a apreciada tradição da *ars erotica* francesa—e conselheiros respeitáveis e libidinosos (esse tipo português criado por Eça de Queirós). Os temas fortes são episódios de humilhação masculina sofridos pelos conselheiros velhos, que são ludibriados por elas ou que no momento próprio se vêem privados da potência sexual.

O autor inclui-se entre os habituais frequentadores dos lugares nocturnos, casas de passe reservadas e residências particulares dessas mulheres, das quais recolheu as mais picantes confidências. Não é difícil perceber a sua sobrançeria face a este mundo decadente, mas sobretudo o seu despeito pelos que têm mais dinheiro mas menos virilidade do que ele. Descreve-se como “um rapaz muito conhecido em Lisboa no mundo das letras e do jornalismo” (Gallis, *Cocottes e conselheiros* 141) e apreciador da arte erótica cosmopolita. Simplesmente tem de partilhar as *cocottes* com proxenetas, conselheiros, brasileiros e comerciantes ricos... Elas próprias, quais “Vénus de cal e areia”

nem sempre estão à sua altura; outras, ao invés, são dotadas de orgulho e gosto pelo ofício, mas invariavelmente acabam mal. Entre as prostitutas e os clientes, a adesão do autor pende claramente para elas.

O conteúdo “porno” destas pequenas crônicas passa mais através do *telling* do que do *showing*, ou seja, através de um discurso feito de resumos e alusões, em que a sátira e o obsceno se conjugam. Ficamos assim a conhecer a natureza narcísica do desejo, os segredos erógenos da nudez (os mamilos, o clítoris) e dos fetiches (meias de seda, ligas de fantasia, etc.); e também os expedientes e artifícios da sexualidade “indecente,” não raro incapaz e frustrante: a “fellatio,” as pastilhas estimulantes, o *caout-chouc* (respectivamente o viagra e os dildos do século XIX).³ Exemplos de sexo explícito, em *showing*, encontram-se na crônica “A noite do noivado” (mais um caso de insucesso masculino) e na última crônica, “Sua Reverendíssima,” onde se relata a história de um padre lúbrico que consegue finalmente satisfazer a sua paixão viciosa por rapariguinhas adolescentes (“paixão dominante [...] da qual tinha um medo terrível [...], fácil de compreender e de justificar” (*Cocottes* 258-59). Em ambas se descreve o acto de amor, visto na perspectiva feminina da frustração e do prazer.

4. Pouco antes de morrer, em 1910, Alfredo Gallis foi recebido pelo Rei. Tal facto mereceu reparos do jornal republicano *A luta*, que se interroga: “O Sr. D. Manuel terá lido a obra deste escritor? No caso afirmativo, está explicada a sua palidez terrosa” (Ramos 314). Esta reacção não surpreende, pois ainda hoje a história literária tem dificuldade em lidar com a sublitteratura. O *Dicionário bibliográfico de Inocêncio* recusa-se a registar “sem certas reservas” as suas obras, que afirma não conhecer senão por catálogos.⁴ Mas o público conheceu-as, e bem, como atestam as sucessivas edições, ao longo de cerca de três décadas.

É no século XIX que a grande literatura descobre as vantagens da sua dupla condição, de arte e negócio, ainda que nem sempre assumida. Aconteceu com o romance histórico, com a novela sentimental e de aventuras, ainda em tempo romântico. O romance realista auto-proclamou-se como literatura elevada *et pour cause*; no entanto estava-lhe destinado, pela via do erotismo, abrir caminho a um novo género comercial, cuja história estava apenas a começar. Escrevendo na clandestinidade, Gallis estava mais próximo de nós do que pensava.

Notas

¹ “É possível que se assim não sucedesse nós ainda fôssemos piores, desejando então gozar a variedade que até ali nos fora defesa e que a primeira mulher nos viria despertar no espírito inconstante e versátil do nosso sexo; mas em todo o caso a mulher auferiria de um direito que a mocidade máscula paga em regra a uma boçal criada de servir ou a uma impura rameira, carne humana exposta à venda de todos os que a querem comprar” (Gallis, *O marido virgem* 13).

² “[Francelina] facilitara-se e dera-se de mais sem prever que até os maiores prazeres cansam esse versátil e caprichoso animal chamado homem. Persistira em dormir com o marido na mesma cama, insensibilizando assim o contacto epidérmico, que é um dos grandes excitantes do amor” (Gallis, *O marido virgem* 209).

³ A crónica “Um fiasco d’amor” é talvez a mais ousada a este nível e oferece exemplos das metáforas brejeiras utilizadas. Conta-se a história duma senhora histérica, insatisfeita com o desempenho do marido, que se deixa seduzir por um conselheiro impotente. No momento culminante “a sua adaga caiu exânime e inanimada,” enquanto ela “desvairou numas delícias ultra-sonhadas, o sangue afluía-lhe ao rosto, e o rocio do amor rebentava-lhe em geysers ardentes do seu organismo de fogo” (*Cocottes* 249).

⁴ “O seu talento e afacilidade com que escrevia acerca de diversos assuntos dar-lhe-iam fama e diversa consideração na república das letras, se desviasse as suas produções de certo feito de incorrecção e de abusos de linguagem condenáveis” (Inocêncio 141; 331).

Obras Citadas

- Conceição, Alexandre da. “O amor e o casamento.” *O positivismo*. Vol. 1. 1879. 171-75.
- Eco, Umberto. *Seis passeios nos bosques da ficção*. Trad. Wanda Ramos. Lisboa: Difel, 1995.
- Foucault, Michel. *História da sexualidade*. Trad. Pedro Tamen. Vol. 1. Lisboa: Relógio d’Água, 1994.
- Gallis, Alfredo. *As mártires da virgindade (Romance patológico)*. Lisboa: Empresa Literária Universal, s.d.
- . *O marido virgem (Patologia do amor)*. 3ª. ed. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1908.
- . *O Sr. Ganymedes (Psicologia de um ephebo)*. Lisboa: Empresa Literária Universal, s.d.
- Gallis, Alfredo [pseud. Condessa de Til]. *O que as noivas devem saber! Livro de philosophia prática*. 5ª. ed. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1922.
- Gallis, Alfredo [pseud. Rabelais]. *Cocottes e conselheiros*. 2ª. ed. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1907.
- Gay, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Vol. 2. *A paixão terna*. Trad. Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Lopes, Óscar. *Entre Fialho e Nemésio*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 1987.
- Queirós, Eça de. *O Primo Basílio*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- . *Uma campanha alegre (de As farpas)*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- Ramos, Rui. *História de Portugal*. Coord. José Mattoso. Vol. 6. Lisboa: Estampa, 1994.
- Silva, Inocêncio F. Da. *Dicionário bibliográfico português*. Vol. 22. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.

Maria Helena Santana is an Assistant Professor at the Faculdade de Letras at the Universidade de Coimbra, and researcher at the Center of Portuguese Literature. Her main area of research has been modern and contemporary Portuguese narrative and literary chronicles. Her dissertation "Literatura e ciência na 2ª metade do século XIX" is forthcoming with the Imprensa Nacional—Casa da Moeda. She is the author of a critical edition of journalistic texts by Eça de Queirós *Textos de imprensa VI* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1995) and Almeida Garrett's historical novel *O arco de Sant'Ana* (Lisboa: Imprensa Nacional, 2004). E-mail: mahesa@ci.uc.pt